

ÍNDICE

1 TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.	2
2COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	4
3 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	4
4 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	5
ANEXO I.....	6
ANEXO II.....	30

São Paulo, 29 de março de 2018.

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, conjunto 151, Sala H, CEP 04547-006, inscrita sob o NIRE 35.300.383.656 e no CNPJ/MF sob o nº 12.489.315/0001-23, registrada na Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta categoria "B" sob o código 22977 ("Ferreira Gomes" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração ("Proposta") sobre as matérias que serão deliberadas na assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 30 de abril de 2018, na sede social da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo a distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2018.

1 TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da KPMG Auditores Independentes ("Auditor Independente"), e, juntamente com o Parecer do

Auditor Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades Por Ações”), encontram-se à disposição dos Acionistas na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (http://www.b3.com.br/pt_br/), da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 15 de março de 2018 nos jornais O Estado de São Paulo nas páginas B9 e B10 e, no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas páginas 72, 73, 74 e 75.

2 COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Encontra-se anexo à presente Proposta da Administração (Anexo I), o Relatório da Administração contendo os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, que correspondem ao item 10 do Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), e também encontram-se à disposição dos Acionistas página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/), da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

3 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou lucro líquido consolidado no montante de R\$ 14.015.175,81 (quatorze milhões, quinze mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e um centavoS).

Nos termos do estatuto social da Companhia, do saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 deverá ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório entre os acionistas não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo remanescente

Face ao acima exposto, a administração da Companhia submete à Assembleia a aprovação da destinação do lucro líquido da seguinte forma:

- (i) constituição de reserva legal de 5% (cinco por cento) do lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 33 do estatuto social da Companhia, no montante de R\$ 700.758,80 (setecentos mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos);
- (ii) constituição de Reserva de Incentivo Fiscal decorrente da fruição de benefício fiscal de redução de imposto de renda, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 2.885.379,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais);
- (iii) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido consolidado apurado, nos termos do

artigo 34 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, excluído o montante destinado à reserva legal e o montante destinado a reserva de incentivo fiscal, nos termos dos artigos 33 e 34 do estatuto social da Companhia no montante de R\$ 2.607.259,50 (dois milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos); e

- (iv) considerando as propostas (i), (ii) e (iii) acima, destinação do saldo remanescente do lucro líquido consolidado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, excluído o montante destinado à reserva legal, à reserva de incentivo fiscal e à distribuição de dividendos, no montante de R\$ 7.821.778,51 (sete milhões, oitocentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos) à reserva de lucros retidos.

4 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Propõe-se que os membros do Conselho de Administração e Diretoria não recebam remuneração no exercício de 2018.

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM 481 e que englobam o item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, as informações relacionadas à remuneração da administração se encontram dispostas no Anexo II da presente Proposta da Administração, bem como encontram-se à disposição dos Acionistas na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/), da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

Cordialmente,

José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480

10.1 Comentários dos diretores

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores afirmam que as informações abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, divulgadas em 8 de março de 2018 no seu website e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

A análise dos diretores esclarecendo os resultados e as variações das contas patrimoniais constituem uma opinião com base nas demonstrações financeiras.

Os diretores informam que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014, e que em 30 de abril de 2015 a UHE Ferreira Gomes encontrava-se em operação comercial plena de suas unidades geradoras, conforme demonstrado abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MWmédios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

Os diretores informam que, antes da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 04 de novembro de 2014, a Companhia capitalizou-se tanto por meio de aporte de recursos realizado por seu acionista Alupar Investimento S.A., quanto por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures obtendo assim os recursos necessários à construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Atualmente, a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas nos itens (f).

Os diretores comentam durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 que a Companhia continua realizando pagamentos significativos conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos e Provisão para Gastos Ambientais. Em 31 de dezembro de 2017 os diretores da Companhia estimam que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

A Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes Energia encerrou o exercício de 2017 com uma receita operacional bruta de R\$ 214,3 milhões, apresentando uma variação positiva de 16,8% se comparada ao exercício de 2016 que apresentou uma receita operacional bruta de R\$ 183,4 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 a variação positiva foi de 18,3% se comparada ao exercício de 2015 que apresentou uma receita operacional de bruta de R\$ 155,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017 a geração operacional de caixa positiva, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 112,9 milhões. (R\$ 94,2 milhões positivo em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 71,8 milhões positivo em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2017 o lucro foi de R\$ 14,0 milhões. (R\$ 9,9 milhões de prejuízo em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 17,6 milhões de prejuízo em 31 de dezembro de 2015).

Os diretores afirmam que, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a liquidez geral e o índice de endividamento da Companhia foram de:

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante	124.637	65.504	58.586
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.023	14.879	9.838
Passivo circulante	123.644	103.671	112.571
Passivo não circulante	662.305	682.609	727.299
Patrimônio líquido	842.277	823.619	809.012
Liquidez geral (1)	0,18	0,10	0,08
Índice de endividamento (2)	0,93	0,95	1,04

(1) O índice de liquidez geral representa o total do ativo circulante acrescido do imposto de renda e contribuição social diferidos dividido pelo total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante.

(2) O índice de endividamento representa o total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido. O passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2017, inclui R\$ 16,0 milhões de adiantamento para aumento de capital ("AFAC"), sendo que, em 31 de dezembro de 2016, totalizava R\$ 7,2 milhões e em 31 de dezembro de 2015 totalizava 24,7 milhões.

Até o presente momento, os diretores da Companhia informam que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula contratual.

A diretoria entende que a Companhia tem plenas condições financeiras para dar continuidade as atividades previstas no Contrato de Concessão.

b) estrutura de capital

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com as práticas de mercado.

A relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, está abaixo apresentada:

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	70.478	40.386	28.774
Empréstimos, financiamentos e debêntures	681.698	710.640	726.748
Patrimônio líquido	842.277	823.619	809.012
Índice de dívida bancária líquida (1)	0,73	0,81	0,86

(1) Para calcular o índice de dívida bancária líquida, a Companhia considerou o total das dívidas financeiras (representadas por empréstimos, financiamentos e debêntures, no passivo circulante e não circulante) e subtraindo o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários divididos pelo patrimônio líquido.

O padrão de financiamentos efetuados pela Companhia foi baseado na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais por meio de emissão de dívida, conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Passivo total	785.949	786.280	839.870
Patrimônio líquido	842.277	823.619	809.012
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.628.226	1.609.899	1.648.882
Capital próprio	51,73%	51,16%	49,06%
Capital de terceiros	48,27%	48,84%	50,94%

Maiores detalhes sobre os financiamentos celebrados pela Companhia podem ser obtidos no item (f).

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possuirá geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir as despesas operacionais e as dívidas com financiamentos e debêntures, embora não possam garantir e nem prever que tal situação permanecerá igual.

Abaixo, a Companhia descreve o endividamento, as disponibilidades, e o Ebitda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Dívida financeira total (1)	(681.698)	(710.640)	(726.748)
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	70.478	40.386	28.774
Dívida financeira líquida	(611.220)	(670.254)	(697.974)
Patrimônio líquido	842.277	823.619	809.012
Índice de endividamento líquido	0,73	0,81	0,86

(1) Dívida financeira total: correspondem às linhas de encargos de dívidas e empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial de cada exercício contábil.

d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os diretores esclarecem que as fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Capital próprio	51,73%	51,16%	49,06%
Capital de terceiros	48,27%	48,84%	50,94%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia S.A. nos exercícios findos acima apresentados foram: emissão de debêntures, financiamentos do BNDES e recursos dos acionistas (por meio de "AFACs" adiantamentos de futuro de capital).

As fontes de financiamento atualmente utilizadas estão descritas no item (f) abaixo.

Os diretores declaram que os recursos dos financiamentos concedidos à Companhia foram utilizados financiar a viabilização do projeto de implantação e construção do empreendimento.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores declaram que em função da geração de caixa, não será necessária a utilização de forma recorrente de linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, acreditamos que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1g abaixo). Já que o contrato estabelecido como o BNDES veta a contratação de novos financiamentos e ou empréstimos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 681,7 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 16,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 710,6 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 17,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$ 726,7 milhões, líquido do custo de captação no montante de R\$ 19,5 milhões. Os diretores afirmam que os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

(Em milhares de reais)

	31/12/2017			31/12/2016			31/12/2015		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante									
BNDES - Subcrédito A	14.723	700	15.423	14.566	745	15.311	14.359	784	15.143
BNDES - Subcrédito B	5.827	277	6.104	5.765	295	6.060	5.683	312	5.995
BNDES - Subcrédito C	657	32	689	651	33	684	642	34	676
BNDES - Subcrédito D	24.706	136	24.842	24.705	162	24.867	24.705	191	24.896
BNDES - Subcrédito E	35	1	36	-	-	-	-	-	-
3ª emissão de debêntures	2.894	721	3.615	1.105	2.220	3.325	-	383	383
(-) Custo de captação	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total	47.283	1.867	49.150	45.233	3.455	48.688	43.830	1.704	45.534
Moeda nacional - não circulante									
BNDES - Subcrédito A	181.586	-	181.586	194.213	-	194.213	205.822	-	205.822
BNDES - Subcrédito B	71.870	-	71.870	76.868	-	76.868	81.462	-	81.462
BNDES - Subcrédito C	8.109	-	8.109	8.673	-	8.673	9.191	-	9.191
BNDES - Subcrédito D	98.819	-	98.819	123.524	-	123.524	148.228	-	148.228
BNDES - Subcrédito E	433	-	433	-	-	-	-	-	-
3ª emissão de debêntures	286.552	-	286.552	275.054	-	275.054	254.137	312	254.449
(-) Custo de captação	(14.821)	-	(14.821)	(16.380)	-	(16.380)	(17.938)	-	(17.938)
Total	632.548	-	632.548	661.952	-	661.952	680.902	312	681.214

Os diretores apresentam abaixo um breve descritivo sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2017:

3ª emissão de debêntures: Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão no montante de R\$ 210,9 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1 mil, os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017, que compreenderam o período de carência. Durante o período de carência a Companhia desembolsou o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% foram incorporados ao valor principal da dívida., O montante incorporado ao principal foi de R\$ 37.058. Em 15 de dezembro de 2017 ocorreu a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). Em 31 de dezembro de 2017 a empresa atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: a Companhia celebrou o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012, no valor total de R\$ 470,6 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2017 foram liberados o montante de R\$ 468,8 milhões.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. O contrato possui cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas anualmente com base nas informações da Companhia, tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Os encargos, saldos liberados e datas de amortização podem ser sumarizados da seguinte forma:

(Em milhares de reais)

Subcrédito	Finalidade	Encargos	Valor do contrato	Saldo liberado	Início amortização	Fim da amortização
Subcrédito A	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	198.420	198.420	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito B	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	78.540	78.540	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito C	Instalações de Transmissão UHE FG	2,34% a.a + TJLP	9.500	9.500	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito D	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	2,5% a.a	181.850	181.850	15/05/2015	15/12/2022
Subcrédito E	Investimentos Sociais	TJLP	2.300	35	15/12/2017	15/04/2031
Total			470.610	468.345		

Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES foram incorporados ao principal, trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Até 30 de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53,6 milhões ao principal da dívida

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores afirmam que não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores afirmam que não há grau de subordinação entre as dívidas existentes, no entanto conforme concurso universal de credores em hipótese de falência os créditos serão liquidados por ordem de prioridade, obedecendo a seguinte ordem: os direitos trabalhistas dos funcionários (limitados a 150 salários mínimos por credor, e decorrentes de acidentes de trabalho), créditos tributários, recursos captados de terceiros e fornecedores, respectivamente.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

3ª emissão de debêntures: a escritura de emissão impôs as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, que são as usuais de mercado para esse tipo de operação, tais como: situações de insolvência (falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção) da Companhia ou da Alupar Investimento S.A., na qualidade de fiadora ("Alupar"), descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, declaração de vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira ou acordo da

Companhia em valor superior a R\$ 15 milhões, ou da Alupar em valor superior a R\$ 20 milhões, não cumprimento pela Alupar de sentença judicial transitada em julgado em valor superior a R\$ 20 milhões e redução do capital da Companhia ou da Alupar.

Além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto, na data de emissão, no artigo 34 do Estatuto Social da Emissora.

As debêntures possuem *covenants* a serem apurados com base nas informações trimestrais e as demonstrações financeiras padronizadas apresentadas pela Emissora a CVM. A Alupar monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos *covenants* previstos na escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a Ferreira Gomes Energia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Todas as hipóteses de vencimento antecipado e *covenants* previstas na escritura de emissão estão descritas no item 18.10 do Formulário de Referência.

Contrato BNDES nº 12.2.1390.1: há restrições impostas à Companhia com relação à redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da Companhia pelo qual seja exigido quorum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

O contrato estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP), porém com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), o BNDES anuiu em 28 de dezembro de 2016 a dispensa, exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, da obrigação de "manter índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2" estabelecida no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1390.1, celebrado em 28 de dezembro de 2012

entre o BNDES e a Ferreira Gomes, em sua Clausula Décima Primeira, do Inciso XVI, alínea (ii).

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As informações sobre os níveis de endividamento estão demonstradas no item 3.7 do Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os diretores declaram que todos os recursos obtidos por meio dos financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista e respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os diretores afirmam que os recursos obtidos por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados pela Companhia, nos termos da respectiva escritura de emissão, enquanto que em relação aos recursos oriundos do Contrato BNDES nº 12.2.1390.1, aproximadamente 99% (noventa e quatro por cento) do valor empréstimo contratado já foi liberado à Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir os diretores comentam as alterações significativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 descrevendo as principais variações ocorridas na Companhia nestas datas.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	AH	31/12/2015	AV	AH
Ativo								
Circulante	124.637	7,7%	65.504	4,1%	90,3%	58.586	3,6%	11,8%
Caixa e equivalentes de caixa	18.541	1,1%	9.658	0,6%	92,0%	4.184	0,3%	130,8%
Títulos e valores mobiliários	51.937	3,2%	30.728	1,9%	69,0%	24.590	1,5%	25,0%
Contas a receber de clientes	48.663	3,0%	21.304	1,3%	128,4%	26.270	1,6%	-18,9%
Devedores diversos	152	0,0%	44	0,0%	245,5%	167	0,0%	-73,7%
Despesas pagas antecipadamente	1.335	0,1%	1.308	0,1%	2,1%	2.232	0,1%	-41,4%
Tributos e contribuições sociais a compensar	4.009	0,2%	2.462	0,2%	62,8%	1.143	0,1%	115,4%
Não circulante	1.503.589	92,3%	1.544.395	95,9%	-2,6%	1.590.296	96,4%	-2,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.023	0,8%	14.879	0,9%	-12,5%	9.838	0,6%	51,2%
Outros ativos	50	0,0%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Despesas pagas antecipadamente	12.993	0,8%	14.259	0,9%	-8,9%	15.528	0,9%	-8,2%
Imobilizado	1.466.459	90,1%	1.503.542	93,4%	-2,5%	1.552.571	94,2%	-3,2%
Intangível	11.064	0,7%	11.715	0,7%	-5,6%	12.359	0,7%	-5,2%
Total do ativo	1.628.226	100,0%	1.609.899	100,0%	1,1%	1.648.882	100,0%	-2,4%
Passivo								
Circulante	123.644	7,6%	103.671	6,4%	19,3%	112.571	6,8%	-7,9%
Fornecedores	32.852	2,0%	9.093	0,6%	261,3%	15.258	0,9%	-40,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	49.150	3,0%	48.688	3,0%	0,9%	45.534	2,8%	6,9%
Salários e férias a pagar	56	0,0%	56	0,0%	0,0%	143	0,0%	-60,8%
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.131	0,2%	3.919	0,2%	-20,1%	3.604	0,2%	8,7%
Dividendos declarados	2.609	0,2%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Uso do bem público	1.416	0,1%	1.304	0,1%	8,6%	1.194	0,1%	9,2%
Provisão para constituição de ativos	27.391	1,7%	27.984	1,7%	-2,1%	34.698	2,1%	-19,3%
Provisões para gastos ambientais	3.780	0,2%	9.758	0,6%	-61,3%	10.816	0,7%	-9,8%
Encargos setoriais	3.156	0,2%	2.039	0,1%	54,8%	1.317	0,1%	54,8%
Credores diversos	103	0,0%	830	0,1%	-87,6%	7	0,0%	11757,1%
Não circulante	662.305	40,7%	682.609	42,4%	-3,0%	727.299	44,1%	-6,1%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	632.548	38,8%	661.952	41,1%	-4,4%	681.214	41,3%	-2,8%
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.000	1,0%	7.252	0,5%	120,6%	24.752	1,5%	-70,7%
Provisões para contingências	1.296	0,1%	1.591	0,1%	-18,5%	1.092	0,1%	45,7%
Provisão para gastos ambientais	734	0,0%	734	0,0%	0,0%	11.044	0,7%	-93,4%
Uso do bem público	11.727	0,7%	11.080	0,7%	5,8%	9.197	0,6%	20,5%
Patrimônio líquido	842.277	51,7%	823.619	51,2%	2,3%	809.012	49,1%	1,8%
Capital social	791.081	48,6%	783.829	48,7%	0,9%	759.242	46,0%	3,2%
Reserva de lucros	51.196	3,1%	39.790	2,5%	28,7%	49.770	3,0%	-20,1%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.628.226	100,0%	1.609.899	100,0%	1,1%	1.648.882	100,0%	-2,4%

Ativo circulante

Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 houve aumento de 74,5% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures; e também refere-se aos montantes exigidos para formação de garantias estabelecidos pelo dos contratos do BNDES e das Debêntures. Em 15 de março de 2017, a Companhia efetuou o depósito de R\$ 16.524 na conta reserva BNDES de modo a estar adimplente com o cumprimento do Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) do contrato de financiamento do BNDES, conforme determina a cláusula Décima primeira, do item XVI, alínea (ii) do referido contrato.

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 40,4% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures; e também refere-se aos montantes exigidos para formação de garantias estabelecidos pelo dos contratos do BNDES e das Debêntures.

Cientes a receber

Em 31 de dezembro de 2017 houve aumento de 128,4% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, o aumento refere-se basicamente ao reajuste anual do IPCA sobre os contratos de vendas no ambiente regulado – CCEARs e pelo aumento de comercialização de energia no ambiente livre.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 18,9% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução refere-se basicamente a diminuição de comercialização de energia no ambiente livre.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2017 houve aumento de 2,1% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, o aumento reflete substancialmente renovação de prêmio de seguro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 41,4% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução reflete substancialmente a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico – ACR produto SP 92.

Tributos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2017 houve aumento de 62,8% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2016, a variação positiva deve-se substancialmente ao aumento na rubrica de imposto de renda pessoa jurídica em função de antecipações realizadas durante o exercício antes do benefício da SUDAM, obtido pela Companhia em 18 de setembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 115,4% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2015, a variação positiva deve-se substancialmente ao aumento na rubrica de imposto de renda pessoa jurídica.

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 houve redução de 12,5% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da utilização dos tributos no exercício de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 51,2% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente do aumento dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, pelo fato da Companhia ter apresentado prejuízo de R\$ 9,9 milhões no exercício de 2016.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2017 houve redução de 8,9% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a redução reflete apenas a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 8,2% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução reflete apenas a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos do imobilizado eram de R\$ 1.466 milhões e R\$ 1.504 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 houve redução de 2,5% no ativo imobilizado se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a redução reflete substancialmente a depreciação do exercício.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2017 houve redução de 5,6% no ativo intangível se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a redução reflete substancialmente a amortização do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 5,2% no ativo intangível se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução reflete substancialmente a amortização do exercício.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 houve aumento de 261,3% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, em decorrência de substancialmente devido a compra de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 40,4% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, em decorrência dos pagamentos realizados em função da atividade operacional da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49,1 milhões e apresentou um aumento de 3,0% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2016. A variação é justificada pelos juros incorridos sobre a dívida da Companhia.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 48,7 milhões e apresentou um aumento de 6,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2015. A variação é justificada pelos juros incorridos sobre a dívida da Companhia e pela amortização de juros e principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3º emissão de debêntures.

Salários e férias a pagar

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não apresentou variação.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 60,8% no saldo desta conta quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015. Esta rubrica é composta por salários, provisões de férias e 13º salário (obrigações estimadas), as quais conforme legislação são efetuadas provisões mensais, as variações do saldo desta é justificada pela finalização do cronograma de implantação do empreendimento.

Tributos e contribuições sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2017 houve redução de 20,1% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a variação refere-se principalmente a redução da provisão de PIS e COFINS sobre receita operacional bruta.

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 8,7% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a variação refere-se principalmente ao aumento da provisão de PIS e COFINS sobre o faturamento de venda de energia.

Provisão para constituição de ativos

Em 31 de dezembro de 2017 houve redução de 2,1% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 19,3% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2017 houve redução de 61,3% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 52,0% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução deu-se devido à realização de parte dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços, e também pelo fato da Companhia ter revisitado os montantes estimados de desembolso para o exercício de 2017 e efetuou a reversão do montante de R\$ 7,0 milhões referente a alteração no projeto de cercamento de áreas de preservação permanente (APP).

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures contabilizadas no passivo não circulante nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram de R\$ 632,5 milhões e R\$ 661,9 milhões, respectivamente.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 eram de R\$ 16,0 milhões, R\$ 7,2 milhões e 24,7 milhões, respectivamente. Os montantes foram aportados pela acionista Alupar Investimento S.A. no decorrer dos exercícios com a finalidade de conclusão da obra e de suporte às atividades operacionais.

Patrimônio líquido

Capital social

O saldo do capital social em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 eram R\$ 842,2 milhões, 783,8 milhões e R\$ 759,2 milhões, respectivamente. As variações se deram devido aos aportes recebidos, e que foram integralizados ao capital social da Companhia conforme atos societários.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	AH	31/12/2015	AV	AH
Receita operacional líquida	192.982	1115,95%	166.834	-1110,75%	15,7%	139.186	-525,59%	19,9%
Custos operacionais	(114.733)	-663,46%	(106.094)	706,35%	8,1%	(100.596)	379,87%	5,5%
Energia elétrica comprada	(45.474)	-262,96%	(32.315)	215,15%	40,7%	(32.629)	123,21%	-1,0%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(19.428)	-112,35%	(19.398)	129,15%	0,2%	(19.222)	72,59%	0,9%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	(4.753)	-27,49%	(4.821)	32,10%	-1,4%	(5.107)	19,28%	-5,6%
Outros custos operacionais	(7.487)	-43,29%	(11.586)	77,14%	-35,4%	(7.881)	29,76%	47,0%
Depreciação e amortização	(37.216)	-215,21%	(37.599)	250,33%	-1,0%	(35.382)	133,61%	6,3%
Uso do bem público - UBP	(375)	-2,17%	(375)	2,50%	0,0%	(375)	1,42%	0,0%
Lucro bruto	78.249	452,49%	60.740	-404,39%	28,8%	38.590	-145,72%	57,4%
Resultado antes do resultado financeiro	(3.265)	-18,88%	(4.939)	32,88%	-33,9%	(2.893)	10,92%	70,7%
Pessoal	(121)	-0,70%	(742)	4,94%	-83,7%	(704)	2,66%	5,4%
Depreciação e amortização	(396)	-2,29%	(397)	2,64%	-0,3%	(359)	1,36%	10,6%
Despesas gerais e administrativas	(2.771)	-16,02%	(3.877)	25,81%	-28,5%	(1.979)	7,47%	95,9%
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	0,00%	-	0,00%	0,0%	(140)	0,53%	-100,0%
Outras receitas	23	0,13%	77	-0,51%	-70,1%	289	-1,09%	-73,4%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	74.984	433,61%	55.801	-371,51%	34,4%	35.697	-134,80%	56,3%
Resultado financeiro	(57.691)	-333,61%	(70.821)	471,51%	-18,5%	(62.179)	234,80%	13,9%
Despesa financeira	(62.550)	-361,71%	(75.189)	500,59%	-16,8%	(64.952)	245,27%	15,8%
Receita financeira	4.859	28,10%	4.368	-29,08%	11,2%	2.773	-10,47%	57,5%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	17.293	100,00%	(15.020)	100,00%	-215,1%	(26.482)	100,00%	-43,3%
Imposto de renda	(275)	-1,6%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Contribuição social	(1.146)	-6,6%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.856)	-10,7%	5.040	-33,6%	-136,8%	8.879	-33,5%	-43,2%
Lucro (prejuízo) do exercício	14.016	81,05%	(9.980)	66,44%	-240,4%	(17.603)	66,47%	-43,3%

Em 31 de dezembro de 2017 houve aumento de 15,7% na receita operacional líquida, se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, o aumento refere-se basicamente ao reajuste anual do IPCA sobre os contratos de vendas no ambiente regulado – CCEARs e pelo aumento de comercialização de energia no ambiente livre. Os custos operacionais do exercício de 2017 apresentam variação de 8,1% se comparado ao exercício de 2016, justificado pelo aumento na linha de energia elétrica comprada para revenda. As despesas do exercício de 2017 apresentam variação de -33,9% se comparado ao exercício de 2016, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 19,9% na receita operacional líquida, se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, o aumento refere-se basicamente ao reajuste anual do IPCA sobre os contratos de vendas no ambiente regulado – CCEARs e pelo aumento de comercialização de

energia no ambiente livre. Os custos operacionais do exercício de 2016 apresentam-se em linha com a receita operacional líquida.

Fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 – Método indireto (Em milhares de reais, exceto percentuais)

Fluxos de caixa	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	AH	31/12/2015	AV	AH
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	100.174	1127,7%	86.973	1588,8%	15,2%	45.885	-185,7%	89,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(19.042)	-214,4%	(4.247)	-77,6%	348,4%	(35.956)	145,5%	-88,2%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(72.249)	-813,3%	(77.252)	-1411,3%	-6,5%	(34.642)	140,2%	123,0%
Variação no caixa líquido da Companhia	8.883	100,0%	5.474	100,0%	-100,0%	(24.713)	100,0%	-122,2%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi positiva em R\$ 8,8 milhões, representando um aumento de R\$ 3,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi positiva em R\$ 5,4 milhões, representando um aumento de R\$ 30,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Estas variações podem ser explicadas pelos seguintes motivos:

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Os diretores comentam que a variação de 15,2% no caixa líquido aplicado nas atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, referem-se principalmente ao lucro que a Companhia teve de R\$ 14,0 milhões em virtude do aumento das receitas operacionais auferidas em virtude da comercialização de energia de curto prazo. A variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados nas operações da Companhia, bem como amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os diretores comentam que a variação de 89,5% no caixa líquido aplicado nas atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, referem-se principalmente ao aumento das receitas operacionais auferidas em virtude da comercialização de energia de curto prazo. A variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados na finalização da implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes e nas atividades operacionais da Companhia, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

Os diretores entendem que o aumento de 348,4% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 se comparado a 31 de dezembro de 2016 é decorrente da aplicação em títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 21,4 milhões.

Os diretores entendem que a redução de 88,2% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são decorrentes da diminuição de gastos com investimentos em razão da conclusão da construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

Os diretores entendem que a diminuição na variação de 6,5% no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016, é decorrente em função dos seguintes fatores: recebimento de aporte da acionista Alupar Investimento S.A. de R\$ 16,0 milhões e da amortização dos juros e do principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3º emissão de debêntures e do

Os diretores entendem que o aumento na variação de 140,2% no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015, é decorrente, da amortização dos juros e do principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3º emissão de debêntures.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do Emissor, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita, e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta			
Suprimento de energia - ambiente regulado	98.068	93.097	84.720
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	89.489	87.200	58.033
Ajuste positivo CCEE	26.732	3.199	12.318
	214.289	183.496	155.071
Deduções			
PIS - Programa de integração social	(3.342)	(2.543)	(2.510)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(15.396)	(11.715)	(11.562)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.925)	(1.648)	(1.393)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(644)	(756)	(420)
	(21.307)	(16.662)	(15.885)
Receita operacional líquida	192.982	166.834	139.186

Os diretores declaram que a Companhia auferiu R\$ 30,7 milhões a mais de receita de venda de energia em 31 de dezembro de 2017, se comparada ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2016. O aumento refere-se substancialmente a receita de energia no mercado de curto prazo devido estratégia de sazonalização de energia no ambiente da CCEE.

Os diretores declaram que a Companhia auferiu aumento de R\$ 29,1 milhões a mais de receita de venda de energia no ambiente livre em 31 de dezembro de 2016, se comparada ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2015.

Os custos e despesas que afetaram o resultado da Companhia bem como a variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão abaixo apresentados:

	31/12/2017	31/12/2016	Variação %	31/12/2015	Variação %
Receita operacional bruta	192.982	183.496	5,17%	155.071	18,33%
(-) Deduções da receita operacional	(21.307)	(16.662)	27,88%	(15.885)	4,89%
Programa de Integração Social - PIS	(3.342)	(2.543)	31,42%	(2.510)	1,31%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(15.396)	(11.715)	31,42%	(11.562)	1,32%
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.925)	(1.648)	16,81%	(1.393)	18,31%
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(644)	(756)	-14,81%	(420)	80,00%
Receita operacional líquida	171.675	166.834	2,90%	139.186	19,86%
(-) Custos e despesas operacionais	(117.625)	(111.033)	5,94%	(103.489)	7,29%
Energia elétrica comprada	(45.474)	(32.315)	40,72%	(32.629)	-0,96%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(19.428)	(19.398)	0,15%	(19.222)	0,92%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(4.753)	(4.821)	-1,41%	(5.107)	-5,60%
Depreciação e amortização	(37.216)	(37.996)	-80,30%	(35.741)	6,31%
Uso do bem público - UBP	(375)	(375)	9824,27%	(375)	0,00%
Despesas gerais e administrativas	(2.771)	(3.877)	-90,33%	(1.979)	95,91%
Pessoal	(121)	(742)	-83,69%	(704)	5,40%
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	0,00%	(140)	-100,00%
Serviços de terceiros	-	-	0,00%	-	0,00%
Materiais	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros custos operacionais	(7.487)	(11.586)	-35,38%	(7.881)	47,01%
Outras receitas	-	77	-100,00%	289	-73,36%
Resultado financeiro	(57.691)	(70.821)	-18,54%	(62.179)	13,90%

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Informação facultativa à categoria B.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Informação facultativa à categoria B.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores declaram que não houve introdução ou alienação de segmento operacional após a constituição da Emissora, em 10 de agosto de 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores declaram que a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

Os diretores declaram que não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 as demonstrações financeiras da Companhia não tiveram efeitos significativos em função de alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nós, os diretores, informamos que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não apresentam ressalvas e/ou ênfase.

10.5. – Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os diretores declaram que todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores declaram que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do Emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Os diretores declaram que não há o que comentar sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia. Tendo em vista, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes pontos:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar") para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes" ou "Projeto"), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

Os diretores comentam que a UHE Ferreira Gomes possui capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 153,1 MW e está localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá e que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014. As datas de entrada em operação bem como as demais informações das unidades geradoras estão abaixo apresentadas:

Unidades geradoras	Ínio da operação comercial	Ínio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MWmédios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78 / MWh, tendo por referência o mês de agosto de 2010, no Ambiente de Comercialização Regulado ("ACR"), o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$ 83 / MWh estabelecido para o Leilão.

No âmbito do ACR, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes foi conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela sociedade de propósito específico que fez o gerenciamento de riscos do Projeto.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Entre as possíveis fontes de financiamento dos investimentos que serão realizados pelo Emissor para a implementação de seu plano de negócios, estão contratos financeiros que poderão ser celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida. Atualmente a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item 10.1 (f).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Emissor

Todos os investimentos que já foram divulgados pela Companhia já estão descritos no item 10.10 (a) acima.

Adicionalmente a Companhia possui, atualmente, as seguintes marcas registradas perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI.

Marca	Duração
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979565, mista, classe 37	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979573, nominativa, classe 37	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717930, nominativa, classe 42	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717980, nominativa, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718030, nominativa, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718065, nominativa, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718154, mista, classe 42	10 anos a partir da data de concessão do registro

"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718197, mista, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718251, mista, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718286, mista, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia tem por objeto exclusivo (i) construir, operar e explorar do potencial de energia hidráulica da UHE Ferreira Gomes, bem como das respectivas instalações de transmissão; e (ii) comercializar ou utilizar a energia elétrica por ela produzida, não havendo novos produtos e serviços desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Companhia.

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens dessa seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas ao longo do item 10.

ANEXO II

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ITEM 13.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480
(item obrigatório às companhias classificadas na categoria B)

13.2. Remuneração prevista para o exercício social corrente 2018 e reconhecidas nos exercícios de 2015/2016/2017 para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Remuneração prevista para o exercício de 2018 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefício direto e indireto	-	-
d. Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	-
Cessação do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	-

Remuneração reconhecida para os exercícios de 2016 e 2017 (R\$ mil)

f. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
g. Nº de membros	3	3
h. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefício direto e indireto	-	-
i. Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros	-	-
j. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	-
Cessaçãõ do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	-

Remuneração reconhecida para o exercício de 2015 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	253.521,24
Benefício direto e indireto	-	108.664,69
d. Remuneração variável		
Bônus		
Participação de resultados		
Participação em reuniões	-	70.000,00
Comissões		
Outros	-	87.783,42
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	5.512,62
Cessação do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	526.727,97